

Neoconservadorismo brasileiro: Impactos na Educação em Biologia

New Brazilian conservatism: Impacts on Biology Education

Pedro Teixeira

Departamento de Educação, Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro
pedro.teixeira@puc-rio.br

Adrian Henriques

Departamento de Educação, Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro
henriques.adr@gmail.com

Aline Machado

Departamento de Educação, Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro
machado.alinesm@gmail.com

Caroline Maciel

Departamento de Educação, Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro
maciel.caroline@gmail.com

Resumo

O conservadorismo é caracterizado como uma perspectiva política com aversão à mudança. Uma de suas vertentes é o neoconservadorismo, em ascensão global atualmente. No Brasil, ele une grupos neoliberais e cristãos conservadores. Nesse contexto, a Educação e a Educação em Biologia se tornam campos em disputa. Neste artigo, discutimos os impactos de concepções neoconservadoras que buscam banir determinados conteúdos escolares e estimular a perseguição a professores. Para tanto, analisamos as visões neoconservadoras sobre o ensino da evolução biológica, questões de gênero e relações raciais. Ressaltamos que o ensino de evolução tem sido atacado principalmente por grupos religiosos conservadores, que também se opõem ao ensino de questões de gênero e sexualidade, além de defenderem uma escola homogeneizadora, diminuindo as possibilidades de uma educação antirracista. Concluimos que o neoconservadorismo defende uma suposta neutralidade científica e incentiva a reprodução de desigualdades e discriminações.

Palavras chave: conservadorismo, evolução, gênero, relações étnico-raciais

Abstract

Conservatism is characterized as a political perspective averse to change. One of its strands is neoconservatism, which is currently on the rise globally. In Brazil, it unites neoliberal and

conservative Christian groups. In this context, Education and Education in Biology become fields in dispute. In this article, we discuss the impacts of neoconservative conceptions that seek to ban certain school content and encourage persecution of teachers. To this end, we analyze the neoconservative views on the teaching of biological evolution, gender issues and race relations. We emphasize that the teaching of evolution has been attacked mainly by conservative religious groups, who are also opposed to the teaching of gender and sexuality issues, in addition to defending a homogenizing school, reducing the possibilities of an anti-racist education. We conclude that neoconservatism defends an alleged scientific neutrality and encourages the reproduction of inequalities and discrimination.

Key words: conservatism, evolution, gender, ethnic-racial relations

Introdução

Nas últimas décadas, no Brasil e no mundo, as análises questionando o caráter opressivo e reprodutor de desigualdades da escola se desenvolveram enormemente. As opressões de classe, culturais, de gênero, raça, religião, entre outras, têm sido estudadas por diferentes autores que ressaltam a importância da escola em discutir tais temáticas, como forma de combater preconceitos, discriminações e atuar para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (APPLE, 2006; CANDAU, 2002; HESS, McAVOY, 2015). No entanto, mesmo que seja possível reconhecer avanços, Candau (2002) resalta que ainda prevalece um caráter homogeneizador da escola. Nos últimos anos, o avanço de pautas conservadoras na sociedade reforça as demandas por uma escola tradicional e pretensamente neutra.

O conservadorismo se caracteriza, de maneira geral, como perspectiva política universalista dotada de aversão à mudança e forte ligação às “coisas como elas são” (CROWTHER, 1996). Existem diferentes correntes do pensamento conservador, dentre as quais tem se destacado o chamado Neoconservadorismo ou Nova Direita (O’SULLIVAN, 2013). Nos EUA, essa corrente se refere originalmente à coalizão entre intelectuais, parte da direita secular do Partido Republicano e grande parcela do movimento religioso na eleição de Ronald Reagan em 1980. Tal aliança foi formada como reação às políticas de bem-estar social e aos avanços alcançados pelos movimentos negros, feministas e LGBTQI+, após Segunda Guerra Mundial. Dentre suas bandeiras, destacam-se a defesa da família patriarcal, o neoliberalismo, o punitivismo, o militarismo anticomunista e o sionismo (APPLE, 2006; LACERDA, 2019).

Ao longo dos anos, o neoconservadorismo norte-americano manteve-se atuante, na forma do ativismo contra o aborto, da Guerra ao Terror, de protestos contra programas sociais do governo Obama e da formação do Tea Party e seu predomínio no Partido Republicano (LACERDA, 2019; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Esse cenário, aliado a seu grande poder econômico e popularidade, permitiu a Donald Trump se eleger presidente, defendendo bandeiras conservadoras e autoritárias.

No Brasil, setores conservadores ganharam força a partir de 2013, em uma crise política e econômica que se estende até hoje. Após intensa agitação política e polarização social, a presidente Dilma Rousseff, de esquerda, sofreu impeachment em 2016. Em 2019, Jair Bolsonaro, um ex-militar declaradamente conservador e fortemente relacionado às lideranças políticas evangélicas neopentecostais do país, se elegeu presidente. Tomado por uma onda neoconservadora que se assemelha à norte-americana, o projeto político que ascendeu ao poder combina a defesa de valores morais cristãos tradicionais articulada à uma política econômica voltada para o livre mercado e a mínima intervenção estatal (LACERDA, 2019).

Nesse contexto, a educação figura como um importante campo em disputa política que envolve ações e programas específicos. As diferentes demandas por instrução, disputas curriculares e orientação da perspectiva educacional a ser adotada trazem em si diferentes concepções de

sociedade, organização cultural e socioeconômica que não podem ser ignoradas (ROSA, 2018). Grupos conservadores e seus opositores possuem diferentes concepções sobre quais devem ser os objetivos da educação, sobre o que deve ser ensinado e quais os deveres dos professores. Por um lado, grupos progressistas defendem uma educação laica, o ensino de questões de gênero e o questionamento das relações raciais da sociedade brasileira. Por outro, grupos conservadores afirmam que professores esquerdistas têm servido à doutrinação ideológica, de gênero, “desvirtuamento dos bons valores familiares” e “subversão dos valores cristãos”, influenciados pela obra de Paulo Freire. Nesse sentido, o Movimento Escola sem Partido e os projetos de lei neles inspirados afirmam que a escola só deve ensinar valores que estejam de acordo com os das famílias dos alunos. Isso pode comprometer o ensino de Biologia, principalmente nos conteúdos de evolução, sexualidade, reprodução humana, genética e raça. Estes tópicos do currículo entram em choque com valores cristãos tradicionais e com visões conservadoras sobre as relações raciais no Brasil.

Neste trabalho discutimos os impactos do avanço de concepções conservadoras que impedem a abordagem de determinados conteúdos e estimulam a vigilância sobre os professores. Essas perspectivas impossibilitam o contato com diferentes fontes de conhecimento, pois muitas irão se contrapor aos valores das diferentes famílias de alunos das escolas públicas (PENNA, 2017). Como Hess e McAvoy (2015) argumentam, a escola é um espaço privilegiado para a discussão de diferentes pontos de vista sobre determinados assuntos, algo fundamental para a saúde das democracias. Nosso objetivo é analisar os impactos do avanço do neoconservadorismo sobre propostas de educação democráticas e plurais, sobretudo no que se relacionam à Educação em Biologia.

Para tanto, focamos na evolução biológica, nas questões de gênero e nas discussões sobre raça. Acreditamos que tais temáticas, que se inserem no ensino de Ciências e Biologia em temas como sexualidade, genética, origem e evolução da vida, encontram potencial de conflito com o neoconservadorismo. Tal preocupação norteia a investigação aqui proposta: como educar cidadãos socialmente ativos e críticos com relação aos conhecimentos adquiridos diante de um cenário que visa a restringir os objetivos da educação escolar? Como as demandas conservadoras se materializam no ensino de Biologia? Essas e outras questões serão aprofundadas nas próximas seções.

Evolução e criacionismo

Pesquisadores brasileiros têm mostrado, nos últimos anos, muitos problemas no ensino de evolução, relacionados aos livros didáticos, concepções de professores, e alunos (ALMEIDA, 2012; EL-HANI; SEPÚLVEDA, 2010). Além disso, vários estudos vêm chamando atenção para o crescimento do criacionismo no país (DORVILLÉ; SELLES, 2016; OLIVEIRA; COOK, 2019). Enquanto nos EUA os conflitos entre evolução e criacionismo têm uma longa história de controvérsias e julgamentos, no Brasil vemos disputas mais recentes e crescentes.

Parlamentares católicos e conservadores pentecostais têm atuado em conjunto para garantir que as escolas públicas ofereçam o Ensino Religioso, desde a aprovação da Constituição de 1988. Embora os alunos possam optar por essas aulas, isso tem sido criticado por ser contra a laicidade do Estado e por ser uma forma de introdução do criacionismo nas escolas (DORVILLÉ; SELLES, 2016; OLIVEIRA; COOK, 2019). Além disso, pastores e políticos pentecostais têm agido para proibir o ensino da evolução e defendido o ensino obrigatório do criacionismo em escolas públicas e privadas (BRASIL, 2014; MALAFAIA, 2009).

Outra fonte de oposição ao ensino de evolução é o projeto de lei “Escola sem Partido”, altamente apoiado por grupos religiosos e líderes políticos conservadores. Segundo Bagdonas e Azevedo (2017), este projeto pode impedir que um professor de ciências ensine a teoria da evolução ou da origem da vida a alunos cujas famílias possuem valores fundamentalistas ou conservadores. Além

de negar acesso ao conhecimento científico, restringir as disciplinas escolares para se adequar aos valores morais e ideológicos das famílias pode aumentar a polarização política e reduzir o potencial da escola para discutir questões controversas (HESS; MCAVOY, 2015).

Portanto, o ensino de evolução tem sido atacado nos últimos anos de maneiras diferentes, mas principalmente por grupos religiosos conservadores. Isso representa uma dificuldade a mais para os professores de ciências, que precisam ser extremamente cuidadosos ao lidar com as crenças dos alunos ou podem ser taxados de doutrinadores, comprometendo a discussão do conhecimento científico em função de disputas pela moralidade hegemônica na sociedade.

Reprodução, gênero e a ideologia de gênero

A palavra gênero, de uma maneira geral, pode significar tanto o dimorfismo sexual humano, quanto os papéis atribuídos aos homens e mulheres ao longo da história. Atualmente, “gênero” é um termo considerado polêmico, sobretudo quando relacionado à educação. Grupos conservadores afirmam que as discussões sobre gênero e sexualidade nos ambientes escolares possuem intenções contrárias aos valores morais cristãos. Tal entendimento se assenta no ressentimento destes grupos quanto aos avanços obtidos por coletivos LGBTQI+ e feministas nos últimos anos (MIGUEL, 2016).

Estes grupos têm usado o termo “Ideologia de Gênero”, surgido nos meios católicos conservadores da Itália e França nos anos 2000. Nesta concepção, é atribuído ao “gênero” status de “técnica marxista internacional” voltada à destruição da família tradicional (CUNHA, 2017). A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional brasileiro declara ter o compromisso de “Libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia, e devolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes.” (2018, p. 54). As discussões sobre gênero e sexualidade foram também importantes motes da campanha eleitoral de 2018.

A despeito das controvérsias recentes, a educação sexual faz parte de documentos curriculares brasileiros desde a década de 1990 (BRASIL, 1998). Cabe à escola informar de maneira crítica e reflexiva sobre a saúde dos seus educandos. A Biologia, ao tratar temas como a reprodução humana, sistema reprodutor, doenças sexualmente transmissíveis e práticas de saúde, tornou-se um dos espaços em que discussões relacionadas à sexualidade tendem a surgir na escola. As discussões realizadas em sala de aula representam a oportunidade de conhecimento sobre si e sobre o outro em seus aspectos sociais, psicológicos e biológicos (SANTOS; SILVA, 2019).

Para McAvoy (2013), se a comunidade escolar adotar objetivos de bem-estar sexual e igualdade, com isso enfatizando as obrigações morais que a comunidade deve ter com os indivíduos sob condições de desigualdade na própria cultura escolar, poderá haver influência no bem-estar dos alunos e no seu senso de justiça. Nesse contexto, o ensino de questões de gênero e sexualidade, mesmo no ensino de Biologia, deve abranger a conciliação de diversas explicações e sentidos sobre sexualidade, enfatizando a ética para o combate a preconceitos (PINHO; BASTOS, 2019). Estes direcionamentos, apesar de apontados na literatura educacional como profícuos, encontram a resistência das forças neoconservadoras, que são contra a discussão de temas ligados à sexualidade na escola, compondo o desafio que é a sua inserção no ensino de Biologia. Utiliza-se, assim, a educação para reforçar uma moralidade conservadora, tradicional e cristã na esfera pública, comprometendo-se a construção de uma educação plural e democrática.

Relações étnico-raciais

O censo da população brasileira de 2010 identifica mais da metade da população como preta, parda e feminina, o que difere do estereótipo do produtor de conhecimento científico: o cientista homem, branco e europeu (REZNIK et al., 2017). Além disso, há profunda desigualdade educacional e racial no acesso à educação e às instituições de produção científica (PNUD; IPEA; FJP, 2013). Esse

cenário reflete o racismo estrutural da sociedade brasileira, e embasa a necessidade da discussão e ensino de questões raciais na escola. O neoconservadorismo restringe o espaço para a desconstrução do racismo estrutural, diminuindo a importância dessa discussão e das ações afirmativas em instituições de ensino superior, não reconhecendo as desigualdades raciais (WATSON, 2020; UOL, 2018).

O conceito de raça foi usado para classificar grupos de seres vivos no século XVIII, proposto pelo naturalista sueco Carl Von Linné. Foi aplicado para justificar diferenças visíveis e de costumes entre grupos humanos, estabelecendo uma hierarquia que conecta características físicas e geográficas a uma dedução moral (MUNANGA, 2004). Esse conceito foi central para estabelecimento do colonialismo e do tráfico escravocrata (VERRANGIA, 2009). No século XIX, houve o surgimento de teorias eugênicas e frenológicas, fundamentando o racismo científico (ALMEIDA, 2019; SANTOS; SILVA, 2018). A desqualificação dessas teorias pela própria comunidade científica é recente.

Apesar de não ser mais considerada uma classificação biológica válida para a espécie humana, a raça permanece como uma realidade social (MUNANGA, 2004), perdurando nas relações sociais e na estrutura das instituições. Isso reforça a importância de sua abordagem crítica no currículo do ensino de ciências como estratégia de combate ao racismo. Um ensino de ciências não-crítico deixa de questionar comportamentos e concepções negativas para as relações étnico-raciais, como a apropriação de tradições científicas não-ocidentais; a relação da ciência com o sistema de exploração econômico e político e a reprodução de preconceitos sobre a natureza geral e humana, endossando desigualdades sociais (VERRANGIA, 2009). Em última análise, tais fatores comprometem a construção de uma educação democrática e plural.

Conclusão

A Educação em Biologia é um campo onde é possível perceber o avanço do novo conservadorismo em conteúdos relacionados a evolução, gênero e raça, defendendo-se valores morais tradicionais e limitando-se a autonomia de docentes e discentes. Busca-se restringir o papel da escola a transmitir conteúdos aos estudantes, ao passo que a família seria responsável pela educação, reforçando uma visão bancária e neo-tecnicista de escolarização (PENNA, 2017). Para Hess e McAvoy (2015) essa é uma postura que ameaça a construção de um ambiente de confiança entre professores e alunos e impede a escola de ensinar em e para a democracia.

Em conclusão, a visão neoconservadora da Educação em Biologia, por um lado, se opõe ao conhecimento científico, quando este se distancia de visões religiosas. Por outro, defende uma pretensa neutralidade científica, utilizando-a para reforçar valores tradicionais. Dessa maneira, compromete a construção de uma educação democrática e estimula a reprodução de desigualdades e discriminações profundamente presentes na sociedade brasileira, seja limitando o acesso ao conhecimento científico, seja reforçando a estigmatização de minorias.

Agradecimentos e apoios

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

ALMEIDA, D. F. DE. Concepções de alunos do ensino médio sobre a origem das espécies. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 18, n. 1, p. 143–154, 2012.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

APPLE, M. W. **Educating the “right” way: Markets, standards, god and inequality**. New York, London: Routledge, 2006.

BAGDONAS, A.; AZEVEDO, H. L. O projeto de lei “Escola sem Partido” e o Ensino de Ciências. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 10, n. 2, p. 259, 24 nov. 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Orientação Sexual**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. Projeto de Lei No. 8099: Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, Conteúdos sobre criacionismo. 2014.

CROWTHER, I. Conservadorismo. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Eds.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 132–134.

CUNHA, M. DO N. “É preciso salvar a família”. In: VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P. V. L.; LUI, J. (Eds.). **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017. p. 157–169.

DORVILLÉ, L. F.; SELLES, S. L. E. Criacionismo: transformações históricas e implicações para o ensino de ciências e biologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 160, p. 442–465, 2016.

EL-HANI, C. N.; SEPÚLVEDA, C. The relationship between science and religion in the education of protestant biology preservice teachers in a Brazilian university. **Cultural Studies of Science Education**, v. 5, n. 1, p. 103–125, 2010.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Manifesto à Nação** Brasília Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3n7JIF2>

HESS, D.; MCAVOY, P. **The Political Classroom: Evidence and Ethics in Democratic Education**. New York: Routledge, 2015.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MALAFAIA, S. **Criação x Evolução: quem está com a verdade?** Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2009.

MCAVOY, P. The Aims of Sex Education: Demoting Autonomy and Promoting Mutuality. **Educational Theory**, v. 63, n. 5, p. 483–496, out. 2013.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, 14 set. 2016.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

O’SULLIVAN, N. Conservatism. In: FREEDEN, M.; STEARS, M. (Eds.). **The Oxford Handbook of Political Ideologies**. Oxford: The Oxford University Press, 2013. v. 1p. 1–22.

OLIVEIRA, A. W.; COOK, K. L. Introduction: Historical Background and the Brazilian

Educational Context. In: **Evolution Education and the Rise of the Creationist Movement in Brazil**. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2019. p. 1–19.

PENNA, F. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Ed.). . **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 35–48.

PINHO, R.; BASTOS, F. Sentidos de sexualidade nos anais dos Encontros Nacionais de Ensino de Biologia (2005-2016). **Ensino em Re-Vista**, p. 82–99, 26 abr. 2019.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <https://bit.ly/33iTigo>. Acesso em: 28 ago. 2020.

REZNIK, G. et al. Como adolescentes apreendem a ciência e a profissão de cientista? **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 829–855, ago. 2017.

ROSA, R. T. D. DA. Direito à educação democrática: conquistas legais e ameaças. In: PENNA, F.; QUEIROZ, F.; FRIGOTTO, G. (Eds.). . **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 51–73.

SANTOS, R. A. DOS; SILVA, R. M. DE N. B. E. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, v. 34, n. 68, p. 253–268, abr. 2018.

SANTOS, S. P.; SILVA, E. P. DE Q. Experiências de Pessoas Trans: Corpo, Gênero, Sexualidade e o Ensino de Biologia. In: TEIXEIRA, P.; OLIVEIRA, R. D. V. L. DE; QUEIROZ, G. R. P. C. (Org). **Conteúdos Cordiais: Biologia Humanizada para uma Escola sem Mordça**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2019. p. 17–31.

UOL. **Bolsonaro critica cotas e nega dívida com negros: "não escravizei ninguém**. Disponível em: <https://bit.ly/3kX3VeW> . Acesso em: 28 ago. 2020.

VERRANGIA, D. **A educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências: diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos**. [s.l.] Universidade Federal de São Carlos, 2009.

WATSON, K. **The racism denier in charge of defending black rights in Brazil**. BBC News. Disponível em: <https://bbc.in/36BPvgv>. Acesso em: 28 ago. 2020.